

## A LUTA POR UMA UNIVERSIDADE FEDERAL NO PIAUÍ

Guiomar de Oliveira Passos (UFPI)

GT 05 – Estado e Política Educacional

Este texto aborda as ações desenvolvidas na sociedade piauiense pela criação e implantação da Universidade Federal do Piauí. Isso abrange o período compreendido entre 1963 - quando a União Estadual dos Estudantes publica<sup>1</sup> o brado: “O PIAUÍ EXIGE A CRIAÇÃO DE SUA UNIVERSIDADE” - e 1978 - quando é concluída a implantação da estrutura organizacional e administrativa com a instalação do Centro de Ciências Agrárias.

É um capítulo da tese de Doutorado “*A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense*” defendida na Universidade de Brasília, em janeiro de 2003. Ao apresentá-lo, deseja-se não apenas levar ao conhecimento de um público mais amplo as informações e dados colhidos, mas também, debater sobre o entrelaçamento entre as ações do Estado e a sociedade para a qual estas se destinam.

A luta pela criação de uma universidade no Piauí é iniciada em outubro de 1963 pela União Estadual dos Estudantes, então sob a presidência do estudante de Odontologia Oston Teixeira Diniz. Nesse momento, as lutas de estudantes, professores, educadores e intelectuais pela reestruturação do ensino superior brasileiro e pela ampliação do número de vagas, tinham resultado na criação da Universidade de Brasília (1961) de acordo com o modelo que propunham<sup>2</sup> e faziam com que a reforma universitária integrasse o elenco das reformas de base propostas pelo Governo João Goulart.

A criação de uma universidade no Piauí era um desejo antigo, segundo José Camilo da Silveira Filho. No livro de Atas da Faculdade de Direito, quando os “próceres” da cidade reuniram-se para criá-la, consta que aventaram a possibilidade de uma universidade para o Piauí. Mas foram apenas cogitações, “sonho” para usar sua expressão.

O Prof. José Pires de Gayoso de Almendra Freitas, Secretário de Governo no Governo Petrônio Portella e depois Presidente do Conselho Estadual de Educação, corrobora esta informação:

O interesse pela Universidade vem de muito mais distante. Inicia-se na criação da Faculdade de Direito do Piauí no ano de 1931, pois aí o Piauí partia para o ensino superior e com isso começou a pensar em Universidade. O grupo que começou a organizar a Faculdade de Direito pensava numa universidade, embora, não atuasse muito nesse sentido porque, naquele tempo, não era possível, infelizmente, por causa desse isolamento cultural do Piauí; o Piauí sofria de um isolamento, não só geográfico, não só político, mas também cultural.

---

<sup>1</sup> - O brado é publicado na coluna “Retalhos Universitários”, que o jornal “O Dia” reservava para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito.

<sup>2</sup> - Bomeny (1994), como outros estudiosos apontam a Universidade de Brasília como um dos antecedentes importantes da Reforma Universitária de 1968, sendo “projetada” analisa, “para atender as críticas e anseios do meio universitário brasileiro” com a adoção de muitas de suas propostas.

Atribuem, por conhecerem o ‘fim da história’ – a criação da Universidade Federal do Piauí – uma intenção aos organizadores da primeira escola de ensino superior. Assim como outros identificariam as mesmas intenções na atitude de Dom Avelar Brandão Vilela, ao organizar a Faculdade Católica de Filosofia, ou no grupo liderado pelo Prof. Oscar Olimpio Cavalcante, ao instituir a Faculdade de Odontologia<sup>3</sup>.

Trata-se de uma análise histórica que identifica, ao fazer a retrospectiva, na ação dos agentes individuais ou coletivos personalizados (Estado, Igreja etc) intenções e premeditações, o que, segundo Bourdieu (1989, p. 79-81), é uma visão ou ilusão “teleológica” que leva a conceber uma ação ou uma instituição como produto de uma estratégia consciente e calculada e não como resultado da lógica do campo em que estas se inserem.

A luta tem início com a publicação pela União Estadual dos Estudantes do brado: “O PIAUÍ EXIGE A CRIAÇÃO DE SUA UNIVERSIDADE”, por vários dias, na coluna “Retalhos Universitários”, que o jornal “O Dia” reservava para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito.

Segundo um dos membros da diretoria da entidade (1º Orador) e ex-presidente do Diretório Acadêmico de Direito, Luiz Gonzaga Viana<sup>4</sup>, a luta consistia, fundamentalmente, na veiculação da idéia através da imprensa; de pressão junto ao poder executivo e aos parlamentares federais, deputados e senadores e da propagação da bandeira em todas as ocasiões públicas, aproveitando o prestígio que gozavam na sociedade local.

Nessas ocasiões, os estudantes obtinham no entusiasmo popular e no apoio dos professores, o incentivo e o reforço à luta. Muitos professores, dentre eles o Prof. Wilson Brandão, Diretor da Faculdade de Direito, segundo suas palavras, “foram arautos dessa bandeira e se engajaram plenamente no movimento de reivindicação de nossa Universidade”.

Medeiros (1996, p. 114), analisando historicamente os movimentos sociais no Piauí, considera que os estudantes universitários, apesar do número reduzido (431 em 1964), “ocupavam posição estratégica por sua mobilidade e capacidade de intervenção”, tendo, complementa em outra passagem do texto (Medeiros, 1996, p. 96), grande ativismo, com os Diretórios Acadêmicos congregados à União Estadual dos Estudantes e esta, por seu turno, “bastante articulada à União Nacional dos Estudantes”.

A penetração na sociedade local e a visibilidade de suas ações, pelo menos em relação à luta pela criação da Universidade, vinham, contudo, mais da posição de classe e do destaque conferido pela raridade do título de estudante universitário do que da pujança de suas ações. As ações empreendidas não envolviam setores populares nem buscavam a mobilização do conjunto dos estudantes, elas restringiam-se a manifestações através dos canais instituídos, especialmente das colunas dos jornais locais a eles destinadas como a “Retalhos Universitários”, iniciada em setembro de 1963 sob a responsabilidade do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito; a “Coluna Universitária”, da União Estadual dos Estudantes que começou a circular em janeiro de 1964 e “O Dia Universitário”, coluna inaugurada em março de 1970.

---

<sup>3</sup> - Sobre a criação das escolas superiores no Piauí consultar Bello (1980); Santos Neto (1998).

<sup>4</sup> - O Presidente da União Estadual dos Estudantes, Oston Teixeira Diniz, não pode, por razões de saúde, conceder entrevista para esta pesquisa e, conforme disse, toda a documentação da entidade foi entregue à Guarnição Federal, encarregada de executar as determinações do governo militar.

Os estudantes universitários piauienses não acompanhavam, ou pelo menos não noticiaram suas ações nessas colunas, as lutas travadas pela União Nacional dos Estudantes, no período – pela reforma universitária; pela ampliação da participação estudantil na gestão dos estabelecimentos de ensino superior, consubstanciada na greve do “um terço”; pelo aumento do número de vagas. Não foram noticiadas nem mesmo suas participações nos Seminários de Reforma Universitária, organizados pela UNE, que segundo Cunha (1989, p. 217), contou no I Seminário, realizado em Salvador, com a participação de todos os estados que possuíam escolas superiores, exceto Mato Grosso.

Atinham-se, nas colunas acima citadas, para as questões locais e, mais especificamente, para os assuntos estudantis com destaque para os eventos culturais, de lazer e aos acontecimentos sociais. Pelo menos em relação à luta pela criação de uma universidade no Piauí, isso não impediu que seu brado ecoasse, imediatamente, entre as autoridades políticas, culturais e educacionais do Estado.

Comprova essa repercussão o anúncio da criação do Comitê Pró-Universidade do Piauí<sup>5</sup>, ainda em outubro, bem como a adesão e o apoio, através de artigos publicados nos jornais da cidade, dos professores da Faculdade de Direito, Simplício de Sousa Mendes - Desembargador e Presidente da Academia Piauiense de Letras - e Raimundo Nonato Monteiro de Santana - Presidente da CODESE além do Diretor da Faculdade de Direito do Piauí, Prof. Wilson Brandão que assumiu a presidência do Comitê.

O artigo do Prof. Raimundo Nonato Monteiro de Santana exortava o Governador Petrônio Portella a assumir o comando do movimento:

Todo movimento precisa de um comando. Estou certo de que o Governador Petrônio Portella, animado do propósito de bem servir o Piauí, neste momento deve estar reformulando seu Plano e estabelecendo as bases de sua participação e comando na luta pela Universidade que os grupos mais politizados do Estado estão exigindo (SANTANA, 1963, p. 4).

Os jornais locais também dão apoio ao movimento. O jornal “Folha da Manhã” proclama ser este o assunto mais importante do momento merecendo “o apoio decisivo e a participação efetiva de todos os piauienses”. Nesse sentido, passa a publicar depoimentos de várias autoridades educacionais, tais como: Paulo da Silva Ferraz – Secretário de Estado da Educação; Clemente Fortes – Diretor da Faculdade Católica de Filosofia, além dos pronunciamentos já veiculados dos Prof. Wilson Brandão e do Des. Simplício de Sousa Mendes.

O Movimento Pró-Universidade do Piauí contou ainda com o apoio da União Nacional dos Estudantes – UNE – através de telegramas ao Presidente da República, ao Governador Petrônio Portella e ao Ministro da Educação e Cultura pedindo a criação de uma Universidade Federal no Piauí. Além de anunciar a presença de vários de seus diretores e de outras UEEs, na “Semana em prol da Universidade Federal” a ser realizada em fevereiro de 1964<sup>6</sup> pela representação dos estudantes piauienses.

Em 10 de janeiro de 1964, o Governo Petrônio Portella aprova na Assembléia Legislativa a Lei nº 2.567, que o autorizava a organizar, em Fundação, a Universidade do Piauí, a U. E. P.

<sup>5</sup> - Os jornais consultados, não se referem à composição do Comitê e as fontes orais não se lembram desta organização ou de sua composição.

<sup>6</sup> - Não foram encontrados registros da realização do evento.

(Diário Oficial do Estado 11.1.64). Isso, segundo Luiz Gonzaga Viana, teve a seguinte repercussão:

foi motivo de alegria, como um princípio de vitória e como mais uma porta aberta para que nós conseguíssemos a nossa Universidade Federal, porque a criação da Universidade Estadual vinha comprovar que nós tínhamos os meios, sobretudo humanos, para implantar aqui a nossa Universidade Federal.

Os estudantes e os que atenderam seus apelos, segundo o entrevistado acima, compreenderam a iniciativa como um apoio, um estímulo, que ratificava o entendimento sobre as condições existentes no Piauí para criar a universidade e comprovava a ressonância de seu brado, da sua voz.

A forma de luta era adequada para uma realidade em que, dada à pequena diferenciação de funções, eram curtas as cadeias que ligavam os indivíduos entre si: o estudante do ensino superior era membro da elite local, articulista de jornais locais, muitas vezes, integrante do ciclo de amizade ou familiar dos professores universitários que, às vezes, eram membros do governo ou integrantes do judiciário, figuras proeminentes da cultura local; ligados por laços de amizade ou fidelidade política ao governador ou a seu grupo político.

Também era uma luta em conformidade com um Estado que se organizou, historicamente, sob uma íntima ligação entre a esfera pública e a esfera privada, em que pessoas ou grupos, excluídos da arena política, são ouvidos diretamente, sem a instituição de mecanismos de participação e/ou negociação, por conseguinte, débil, inconsistente e incapaz de favorecer a organização dos próprios estudantes.

A iniciativa do Governador não saiu do papel, “era apenas um sonho”, nas palavras do Prof. José Camilo da Silveira Filho, pois:

não estávamos bem informados. Faltou-nos, vamos dizer, o instrumental legal; não estávamos habilitados para enfrentar o problema e pagamos muito caro por isso porque avançamos, colocamos ‘o carro adiante dos bois’ e isso criou problema. O Ministério da Educação andou fechando portas, porque achou que estávamos muito sôfregos, não estávamos preparados, estávamos sonhando, não estávamos com os pés no chão, de maneira que aquelas Escolas<sup>7</sup> pudessem funcionar; houve erro na condução do negócio.

O Prof. José Pires de Gayoso de Almendra Freitas tem a mesma opinião:

O Petrônio sempre pensava além da sua realidade; ele era um administrador que tinha sempre muitos sonhos e um desses sonhos era uma universidade para o Piauí. Mas o que nós sentíamos, na época, era que o Piauí não tinha condições econômicas e materiais e mesmo culturais para a criação de uma universidade da forma que se pretendia. Além do mais é preciso notar que as universidades naquele tempo não tinham a estrutura administrativa que têm hoje, eram mais uma ligação entre Faculdades que eram praticamente autônomas, não

---

<sup>7</sup> - A Lei que cria a Fundação de Ensino Superior do Piauí refere-se a uma Faculdade de Serviço Social e de Enfermagem criadas, respectivamente, pelas Leis nº 2.016 e 2.017 de 25.11.1960.

dependiam de uma Reitoria estruturalmente muito ligada. Era uma ligação formal. Nós precisávamos era criar Faculdades. Compreendia-se por Universidade como uma formalização da articulação de Faculdades, por isso era mais importante criar Faculdades.

Conforme Santana (1963, p. 4), Presidente da CODESE, órgão de Planejamento do Estado, consta no Primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí, “a criação, constituição e instituição da Universidade Rural do Piauí” a ser mantida com as “rendas provenientes das Fazendas Estaduais”, dando-lhes a destinação que os seus antigos proprietários, os Jesuítas, haviam dado até serem expulsos pelo Marquês de Pombal<sup>8</sup>.

Assim, o Governador, ao atender aos anseios dos estudantes universitários, materializava uma das intenções expressas em seu plano de governo, que estes, com seu brado, tornaram desejo coletivo. As ações dos estudantes apressaram, ou, como parece pelas palavras de Silveira Filho, então Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, precipitaram o envio da mensagem governamental ao Poder Legislativo, mas este era um desejo de Governo.

A intenção do Governo era, conforme o noticiário da época, criar uma Universidade Estadual, para depois federalizá-la como vinha fazendo a maioria dos Estados brasileiros, desde a promulgação da Lei nº 1.523 de dezembro de 1951 que resultou, até 1960, na passagem de 75% das universidades por eles criadas para o domínio da União<sup>9</sup>.

Assim, logo após a Assembléia Legislativa aprovar a Lei de criação da Universidade do Piauí – U.E.P – em 10 de janeiro, o Professor Wilson de Andrade Brandão, presidente do Comitê Pró-Universidade do Piauí, viaja ao Rio de Janeiro e Brasília. O objetivo era manter, junto com o Governador Petrônio Portella, entendimentos com o Diretor da Divisão de Ensino Superior e outras autoridades do Ensino, a fim de serem tomadas as primeiras medidas necessárias à federalização; tratava de recuperar o tempo perdido.

Para isto já contava com o apoio do Presidente João Goulart que, quando de passagem por Teresina em dezembro de 1963, havia dado “a palavra presidencial inteiramente favorável ao movimento” (SILVEIRA FILHO, 1964, p.2). Segundo tomou conhecimento o articulista, prometia o Presidente adotar como solução para o problema da falta das cinco Faculdades exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, a mesma solução adotada para o Estado do Mato Grosso, onde também só existia uma Faculdade Federal, a de Direito<sup>10</sup>.

O Governador Petrônio Portella e a UDN piauiense apoiavam o Presidente João Goulart, apesar da posição contrária da direção nacional. Eram favoráveis ao presidencialismo no plebiscito, e davam apoio administrativo ao seu governo, inclusive às reformas de base repudiadas pelo seu partido. O Presidente, declarava o Governador (apud MEDEIROS, 1996, p. 82), “tem dado à minha administração tratamento condigno. Sou-lhe grato por isso e dele me considero amigo”.

O jornal “Folha da Manhã”, em Editorial (apud MEDEIROS, 1996, p. 81), justifica o apoio da seguinte forma:

---

<sup>8</sup> - Sobre a destinação dada pelos jesuítas às rendas de suas fazendas no Piauí, ver Ferro (1996, p. 57-58).

<sup>9</sup> - Ver Passos (1997, p. 50-51).

<sup>10</sup> - O Governo Goulart não criou nem a Universidade do Piauí nem a do Estado do Mato Grosso.

O apoio que a UDN piauiense vem prestando à política administrativa do Presidente Goulart muito se justifica, ante o interesse que S. Excia. vem demonstrando pelos problemas deste estado, inclusive, oferecendo contribuições das mais elevadas ao governo do Piauí, para que possa bem e melhor administrar... .

Mantinha-se a histórica tradição das elites piauienses de, independente da situação partidária nunca fazerem oposição ao governo federal, como forma de acesso a recursos e bens desta esfera da administração pública. O que era próprio, segundo Schwartzman (1982, p.144), dos regimes políticos baseados na centralização do poder e na cooptação, como o brasileiro.

Em 31 de Março de 1964, o jornal “Folha da Manhã” noticiava a autorização do Presidente João Goulart para o Ministério da Educação incluir, no convênio a ser celebrado com o Estado do Piauí, os recursos necessários à implantação da Universidade e a preparar mensagem ao Congresso com esse objetivo.

Para os estudantes, conforme Viana, isto foi motivo de alegria, mas, sintonizados com o clima de instabilidade política reinante, não acreditaram nas possibilidades de êxito daquela mensagem. Como a criação da Universidade do Piauí, a U. E. P, foi mais uma iniciativa a ficar no papel; se apenas era uma promessa, o Golpe Militar não permitiu pôr à prova.

Esse acontecimento alteraria a participação da sociedade civil na luta pela criação da Universidade. A dissolução das diretorias das entidades estudantis e a prisão de algumas lideranças arrefeceriam o movimento, pois pensa Viana, uma dessas lideranças, “a tentativa de reorganizar o movimento poderia parecer estar-se reorganizando a entidade para fazê-la voltar àquela atividade que a Revolução entendia como ilegal e até de lesa pátria”.

O Comitê pró-Universidade do Piauí também é dissolvido e as autoridades políticas e educacionais calam-se até maio de 1965. Nesse ano, no ensejo da primeira visita do Presidente Castelo Branco ao Piauí registra-se: pronunciamento do Deputado Federal Ezequias Costa (1965, p. 6), da UDN, na Câmara Federal cobrando da “Revolução que ele e o povo piauiense, de tradicional índole democrática, ajudaram a vencer, a UNIVERSIDADE PARA O PIAUÍ” (destaque do original) e entrega, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, Prof. José Camilo da Silveira Filho, de um Memorial assinado pelos Diretores das Faculdades existentes, pedindo a criação de uma universidade no Estado.

Em sua passagem por Teresina, rumo às obras da Usina de “Boa Esperança”, o Presidente Castelo Branco pronuncia-se na inauguração do prédio do Ginásio “Eurípedes de Aguiar”. Todavia, ao enumerar as obras de seu governo na área de Educação, não faz menção à Universidade do Piauí, ainda que, conforme pronunciamento do Deputado Ezequias Costa, o Ministro da Educação Flávio Suplicy tivesse manifestado interesse e prometido envidar esforços.

O Prof. José Pires de Gayoso de Almendra Freitas, anfitrião do Presidente, recorda:

A primeira visita teve um propósito exclusivo: Castelo veio ao Piauí para assistir ao desvio das águas do Rio Parnaíba para a construção da Barragem de ‘Boa Esperança’ e esta era uma aspiração muito grande do Piauí. Ele passou em Teresina rapidamente, foi para ‘Boa Esperança’, lá em Guadalupe, para assistir ao desvio das águas do Rio Parnaíba. Nessa primeira visita, tive a felicidade de hospedar o Presidente da República, o que me deu oportunidade de conversar mais intimamente não só sobre a Barragem mas também sobre a futura Universidade Federal do Piauí. (...). A conversa era sempre baseada nas

possibilidades do Piauí manter uma Universidade e nas condições vigentes de criá-la. Minha preocupação era mostrar ao Presidente da República que estávamos num processo de mudança para melhorar a qualidade de vida do Piauí. Ele tinha muito boa receptividade aos assuntos do Piauí, ele gostava muito do Piauí.

As manifestações de interesse, contudo, não se traduziriam em gestos ou ações concretas. A nova administração saudada pelos piauienses e defendida pelo grupo hegemônico local parecia alheia aos apelos de parlamentares, como o Senador Manoel Dias, que apresenta moção em favor da Universidade, reconhecendo ser essa uma necessidade inadiável da sociedade piauiense.

Também não tem repercussão a iniciativa do Conselho Estadual de Educação, sob a Presidência do Professor José Camilo da Silveira Filho, que constitui Comissão Especial para a Criação da Universidade do Piauí e apresenta o pleito ao Presidente do Conselho Federal de Educação, o piauiense de Oeiras Deolindo Couto, em visita à Teresina.

Os apelos do Governador Petrônio Portela também não são atendidos. Em audiência e através de ofício (17 de dezembro de 1965) solicita ao Ministro da Educação Flavio Suplyci de Lacerda, colaboração com a causa da Universidade do Piauí:

Na conformidade do entendimento que tive a honra de manter com V. Excia., cabe-me enviar à consideração desse Ministério, o anexo anteprojeto de lei, emanado do Conselho Estadual de Educação, que trata da criação da Universidade do Piauí.

Hoje, com as várias providências tomadas pela União Federal, visando ao ingresso do nosso Estado na era industrial, avulta a idéia da Universidade como a superestrutura.

Não obstante a falsa idéia que à distância se faz do Piauí, auxiliada, muitas vezes, pela estatística falha e deficiente, nosso povo oferece eloqüente exemplo de trabalho e desenvolve uma cultura que deve ser vista para ser respeitada.

Hoje e à custa de sacrifícios enormes, temos uma eficiente equipe de técnicos que, no Conselho de Desenvolvimento estadual, realizam diagnósticos e preparam planos necessários à superação das dificuldades e carências que fizeram do Piauí o mais subdesenvolvido Estado da Federação.

(...)

O Piauí está amadurecido para a Universidade.

E no momento em que os outros Estados fazem de suas escolas superiores as oficinas dos técnicos que delas já saem imbuídos de propósito de mudar as estruturas obsoletas, tenho a honra de dirigir-me a V. Excia. para pedir a colaboração do Professor Emérito à causa da Universidade do Piauí.

Certo de que V. Excia., identificado conosco e fiel à palavra já empenhada, saberá acudir ao nosso apelo,... (Nunes, apud BELLO, 1980, p. 362-363).

Pede que outros se associem na luta, demonstrando, a um só tempo, sua crença na infraestrutura, especialmente a construção da Usina de “Boa Esperança”, como fator de desenvolvimento; sua visão do estágio de desenvolvimento alcançado com as ações do seu governo e, principalmente, os mecanismos utilizados para adquirir bens públicos.

Este ofício deu origem ao processo CFE – 1925/65, no qual consta a designação pelo Conselho Federal de Educação de uma Comissão de Verificação composta pelo Professor Pedro Paulo Penido, e os Inspectores Federais Antonio Carlos Moreira Marques e Waldemir de Andrade Braga. Segundo as informações obtidas, esta não realizou nenhum trabalho, pois o relatório “não

suficientemente autenticado” a ela atribuído pelo parecer 457/68 trata-se, pelas informações contidas, do memorial entregue ao Presidente da República em sua visita ao Piauí.

A construção da Usina de “Boa Esperança” parecia esgotar todas as forças dos grupos hegemônicos locais para auferir dos dirigentes da nação o atendimento aos seus pleitos. Silveira Filho justifica que “ela já tinha deslançado, já estava caminhando e com um pouco mais de recursos entraria em funcionamento trazendo benefícios e progresso para o Piauí; primeiro as coisas primeiras”. Era preciso, completa, “assegurar primeiro a conclusão das obras da Usina Hidroelétrica de ‘Boa Esperança’ depois dela viria o Porto de Luiz Correia, as aquavias, e tudo o mais que isto possibilitaria”.

Além do que, complementa, havia o “grande óbice político que era a suspeita da Revolução sobre Petrônio<sup>11</sup>; ele precisava vencer esta suspeita”. A ocasião surgiu na segunda visita do Presidente Castelo Branco ao Piauí para inspeção às obras da Usina de “Boa Esperança”, em 23 de março de 1966. Para essa ocasião, o Governador conclamou toda a sociedade piauiense – jornalistas, diretores de estabelecimentos de ensino, líderes estudantis e professores – e pediu a participação de todos na luta encetada pelo Governo Estadual em favor da criação de uma universidade no Piauí, fazendo o seguinte pronunciamento:

A Universidade não é mais um sonho, ela é uma idéia que nos levará definitivamente à vitória. Mas é preciso que isto seja dito ao Presidente da República. Domingo, às dez horas, estará aqui o Mal. Castelo Branco. O povo deve estar em praça pública, estudantes, comerciantes, trabalhadores, técnicos, meninos e meninas, os velhos também, todos nós devemos estar em praça pública aplaudindo e dizendo ao Chefe da Nação que o Piauí tem uma reivindicação superior: é a Universidade. E nesse sentido não regatearemos aplausos àqueles que nos ajudam. A luta é grande, mas só lutando é que poderemos dar aos nossos filhos as oficinas de cultura que são as Faculdades integrantes da Universidade. Piauienses, neste momento, estou certo de contar com todos. Vamos para adiante, o Piauí precisa demonstrar ao Brasil que tem consciência do seu destino, acredita no seu futuro, que não cruza os braços à espera de que os presentes venham a nós, não. Temos causas pelas quais nós lutaremos. E hoje, quando convocamos essas forças vivas; quando pedimos à imprensa falada e escrita que nos ajude é porque acreditamos no nosso povo e ao nosso povo nós temos um apelo, efusivo, de Governador e de cidadão, pedindo que todo mundo vá à praça pública aplaudir o Presidente Castelo Branco e lhe dizer: Presidente, dê-nos a Universidade do Piauí porque se não nos der o Piauí fará a Universidade com as suas próprias forças (Nunes, apud. JORNAL “O DIA” 1966, p. 1).

A iniciativa encontra eco na imprensa e junto à intelectualidade. O Jornal “O Dia” em Editorial (3ª p. de 22/23.5.66) associa a passagem do Presidente por Teresina como parte do esforço do Governador Petrônio Portella pela criação da Universidade do Piauí. Para isso, avalia que falta “alento federal, vontade do Governo da República” para a criação da Universidade, mas espera que o Presidente corresponda “ao anseio dos piauienses, concedendo-lhes o apoio de sua prestigiosa autoridade para a criação do nosso centro universitário”.

O Presidente da Academia Piauiense de Letras, Des. Simplício Mendes (1966, p.3), aplaude a atitude do governador; considera que este, ao empenhar-se pela criação da

---

<sup>11</sup> - Petrônio manteve-se, por 24 horas, apoiando o governo constitucional de João Goulart; depois aderiu ao movimento vitorioso de 31 de Março.



Universidade, complementa o progresso material do Estado com o desenvolvimento cultural do povo piauiense. Desse modo, corrobora a idéia da universidade como superestrutura, exposta no ofício encaminhado ao Ministro da Educação.

Os estudantes universitários e a sociedade em geral atendem ao chamado do Governador. Aplaudem o cortejo presidencial pelas ruas da cidade, comparecem à concentração em frente ao Palácio do Governo, onde ovacionam o Presidente e reivindicam a Universidade, através de faixas, cartazes e bandeiras. As “rainhas” das Faculdades de Direito, Filosofia e Odontologia entregaram corbelha de flores e “Memorial Justificativo pela criação da Universidade”, o mesmo entregue pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, quando da primeira visita ao Piauí.

Esse documento, elaborado pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, José Camilo da Silveira Filho, e assinado também por diretores dos estabelecimentos de ensino superior e pela representação estudantil, apresenta a solicitação ao Presidente da República nos seguintes termos:

No momento em que Vossa Excelência pisa o solo piauiense para inspecionar as obras da Usina Hidroelétrica de ‘Boa Esperança’, que o seu honrado e eficiente governo tornou irreversível, os piauienses, governo e povo, tributando-lhe as honras devidas, sentem-se jubilosos e confortados, ao prestar as manifestações de seu carinho e do seu apreço a um verdadeiro nordestino.

Vossa Excelência ligou o seu nome de maneira indelével à história do Piauí, encaminhando os recursos materiais e o prestígio da própria Presidência da República para a realização, dentro dos cronogramas previstos, da Usina de ‘Boa Esperança’.

Chega a vez, Excelentíssimo Senhor Presidente, de completar a sua meritória obra, dando ao Piauí, para permitir a real utilização da energia de ‘Boa Esperança’, de uma UNIVERSIDADE (destaque do original), onde serão formados os técnicos de que necessitamos para acelerar o processo de desenvolvimento econômico deflagrado no governo honrado e realizador do Exmo. Sr. Dr. Petrônio Portella Nunes (SILVEIRA FILHO, 1966, p. 1).

E após justificar o pedido, descrevendo a sociedade, a economia, a condição cultural e educacional piauienses, conclama:

Sr. Presidente:

Bem sabemos que a tarefa não é das mais fáceis. Reclamará trabalho infatigável, luta diuturna, dedicação, amor, carinho. Mas, senhor Excelentíssimo, estamos dispostos, mercê do seu apoio indispensável e insubstituível, a grande luta, à luta redentora que agora unem, inseparavelmente, governo e povo, na UNIÃO PELO PIAUÍ E PELA UNIVERSIDADE – destaque do original (SILVEIRA FILHO, 1966, p. 7).

Na opinião de Silveira Filho, “este episódio foi fundamental para a sobrevivência de Petrônio; a partir daí, ele percebeu que ou contava com a comunidade ou as coisas não iam andar bem”. Também serviu para reacender o movimento pela criação da Universidade, reintegrando setores da sociedade civil nas reivindicações feitas aos dirigentes da nação, sendo, desta vez, não os estudantes piauienses através de suas entidades, mas organizações profissionais e de piauienses residindo em outros estados da federação e a massa desorganizada a convite da sociedade política; os estudantes, que iniciaram a luta, passavam a ocupar posição figurativa.

A Sociedade Brasileira de Agronomia, instada por Gonçalo Aires Filho, técnico do Ministério da Agricultura no Piauí, começa a desenvolver ampla campanha em favor da criação da Universidade do Piauí, junto a diversos organismos nacionais e envia o seguinte ofício ao Presidente da República:

A Sociedade Brasileira de Agronomia solidarizando-se com os piauienses por tão nobre anseio, leva à V. Excia, profundo conhecedor dos problemas desse grande Estado, um veemente apelo em favor da criação da universidade do Piauí, com o provimento de recursos para que esta instituição se forme, em condições de constituir-se em ponto de irradiação cultural e científica, como espera e necessita o seu nobre povo (“O DIA”, 26/27. 06.66, p. 1).

Piauienses residindo em Brasília fundam a Associação dos Universitários Piauienses em Brasília, a AUP, com o fim de lutar junto aos administradores da República pela criação da Universidade do Piauí, pois justificam, “o Piauí está precisando do artista, do técnico e do cientista especializado para resolver seus problemas” (“O DIA”, 28/29. 6.66, última página).

A eleição indireta para Governador do Estado, em 3 de Setembro de 1966, e as eleições para os parlamentos estadual e federal também davam sua contribuição para reacender a luta pela criação da Universidade. Os partidários de Petrônio viam na sua ida para o Senado a certeza de que o sonho da Universidade do Piauí seria concretizado. O governador indicado, Helvídio Nunes de Barros, inclui a institucionalização da Universidade do Piauí no seu plano de governo - II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí.

Em 15 de novembro, os jornais locais noticiavam que o Presidente Castelo Branco havia determinado ao Ministério da Educação e Cultura dar início ao processo de criação da Universidade Federal do Piauí, tendo por base o Memorial recebido durante suas visitas ao Estado.

Para tanto, constitui a Comissão de Verificação requerida pela legislação com os seguintes membros: Pedro Paulo Penido, Antonio Carlos Moreira Marques e Valdemir de Andrade Braga. A Comissão, conforme notícia do Jornal “O Dia” (15.11.66, 1ª p.), viria à Teresina a partir do dia 23 daquele mês com o objetivo de “verificar as condições culturais, econômicas e financeiras do Estado do Piauí”. Registra-se que, o processo, ainda que sem conseqüências práticas, teve início em 1965.

Para Silveira Filho, o Presidente Castelo Branco

despachou por pressão do mundo inteiro, da piauiensidade espalhada por este Brasil e aqui residente que chorava, rezava, mandava queijo, doce de leite e de manga para o Presidente lembrar da Universidade, dos ‘Castelo Branco’ daqui e d’além mar, todos pediam pela Universidade. Foi, água mole em pedra dura.

O Governo Castelo Branco desde meados de 1964, quando rompeu a aliança com o PSD e cassou os direitos políticos do ex-presidente Juscelino Kubitschek, buscava ampliar sua abalada base de apoio, aproximando-se da ala liberal-jurisdicista da UDN, a qual pertencia Petrônio Portella. Em visita a Teresina, antes da edição do Ato Institucional nº 2, segundo observou o Jornalista Carlos Castelo Branco (1993, p. 106), tratou-o com “deferência”

O grupo hegemônico local conferia legitimidade ao grupo hegemônico nacional que, por sua vez garantia a sobrevivência política e administrativa dos primeiros facultando-lhes o acesso aos bens públicos requeridos e acolhendo-os nas hostes do novo círculo do poder.

A sucessão presidencial com as contestações feitas à condução política do governo anterior, contudo, retiraria o processo do Congresso Nacional “para re-exame”, por se tratar, conforme o Aviso n.º 347 do Gabinete do Ministro de Educação (apud BELLO, 1980, p. 365), “de expediente recebido na administração anterior”.

Nova tramitação seria reiniciada, em junho de 1967, no Conselho Federal de Educação com o Aviso Ministerial nº 347, reunindo os processos existentes desde 1965. Em 4 de julho de 1968, é aprovado o Parecer n.º 457/68 do relator Prof. Raymundo Moniz de Aragão, elaborado com base no relatório do Prof. Gilberto de Oliveira Andrade, um dos membros da segunda Comissão de Verificação, instituída pelo Ministério da Educação para analisar as condições econômicas, sociais e culturais do Estado, tendo em vista a criação da Universidade.

Quatro meses depois de aprovado o parecer, em 12 de novembro de 1968, o Presidente da República, Artur da Costa e Silva assinava a Lei n.º 5.528, criando a Universidade Federal do Piauí. Finalmente, os clamores expressos nas manifestações públicas de apoio aos novos governantes da nação e os apelos feitos em ofícios, audiências, inúmeros artigos de jornal, e através de agrados de toda forma, encontraram eco na administração pública federal.

A eleição de um Senador, Petrônio Portella Nunes, de 07 dos 08 Deputados Federais e 28 dos 34 Deputados Estaduais, pertencentes ao partido que dava respaldo à Ditadura Militar, na eleição de 1966, era prova incontestada da fidelidade do esquema político dominante no Piauí aos novos mandatários da Nação.

Silveira Filho analisa que a criação em 1968 se deve à confluência de vários fatores. O primeiro deles as amizades e aliados amealhados por Petrônio, em torno da bandeira da Universidade do Piauí como, por exemplo, com o Cel. Jarbas Passarinho, além de sua aproximação com a “Revolução”, sendo Presidente da Comissão de Legislação Social e vice-líder da ARENA e do Governo no Senado.

O segundo fator apontado por ele, “muitas vezes esquecido, ninguém fala dele, mas de grande valia”, foi o trabalho de Deolindo Couto. Piauiense de Oeiras radicado no sul do país como médico e educador de renome, tendo sido Reitor da Universidade do Brasil e Presidente do Conselho Federal de Educação, no qual era muito respeitado, “por sede vós quem sois e por sede quem sois agora”, emprestou todo o seu prestígio à causa da Universidade do Piauí. E também de outros piauienses com participação na vida nacional, que se somaram aos pedidos dos piauienses espalhados por todo o Brasil e os aqui radicados, como, por exemplo, destaca, a Associação Comercial, “que entrou nisso para valer, mandando telegramas, artigos de jornais, pedindo que os parlamentares falassem...”<sup>12</sup>.

Também ainda contribuiu avalia, a participação de Chagas Rodrigues. Único Deputado Federal pelo MDB-PI, “homem muito importante no Congresso pelo bom nome que tinha, conduz com eficiência e habilidade a tarefa de relator”, por exemplo, afastando as dificuldades surgidas com os colegas parlamentares mato-grossenses que queriam aproveitar a criação da Universidade Federal do Piauí para criar a do seu Estado, já que eram os únicos sem uma instituição federal de ensino.

Todos esses fatores, conclui Silveira Filho, “começam a dar resultados, as constelações foram-se fechando, até que houve um momento apropriado para que a nossa Universidade fosse criada... política tem muito dessas coisas; você termina vencido e nós vencemos”

---

<sup>12</sup> - Não foram encontrados registros dessa participação na Associação Comercial.

Nesse período, apesar da mobilização estudantil no país pelo aumento do número de vagas, não foi criada nenhuma outra universidade federal<sup>13</sup>. Mesmo o Estado de Mato Grosso, que desejava criar sua universidade federal junto com a do Piauí, só veio conseguir seu intento em dezembro de 1970. Além de estar em curso a reforma universitária, cuja tramitação do projeto de lei fora iniciado em 7 de outubro<sup>14</sup>, antes do projeto de lei autorizando a criação da Universidade Federal do Piauí, o que só se daria no dia 18 daquele mesmo mês; a sanção daquela, contudo, se daria depois de dezesseis dias da lei de criação da instituição piauiense.

As matérias jornalísticas da época, os testemunhos daqueles que presenciaram os acontecimentos daquele ano, entrevistados, atribuem a vitória ao destaque do Senador Petrônio Portella no cenário nacional. Ele próprio, ao noticiar a assinatura do projeto de lei pelo Presidente da República, em 18 de outubro de 1968 (“O DIA”, 18.10.68, 1ª p), deixa claro sua decisiva participação no processo:

em atendimento a um apelo meu em duas horas apenas o Ministro da Educação, preparou toda documentação, a mensagem ao Congresso foi pronta e no dia seguinte realizada a solenidade de assinatura pelo Presidente Costa e Silva.

E, demonstrando seu prestígio junto ao mandatário da Nação, ressalta a prerrogativa concedida de escolher a forma de tramitação da matéria do Executivo no Congresso Nacional<sup>15</sup>: “escolhi aquela que já nos assegura a Universidade – porque com um prazo determinado de tramitação. Se o Congresso não tiver número a mensagem estará indubitavelmente aprovada por decurso de prazo”.

Como a Lei nº 5.540, também a lei de criação da universidade piauiense tramitaria em regime de urgência. A primeira, conforme Saviani (1988, p. 91), em face do acirramento da mobilização estudantil pela reforma com a ocupação e controle de faculdades; já a urgência da segunda, presume-se, ter sido uma forma de antecipar-se à nova legislação ou em face da conjuntura favorável ao parlamentar piauiense.

O Senador era à época presidente da Comissão de Legislação Social e Vice-líder da ARENA no Senado, estando, portanto, sendo incorporado ao novo sistema político, após um período em que era visto com desconfiança pelos mandatários da nação por ter se manifestado, a princípio, contrário ao golpe militar, e a favor do governo constitucional de João Goulart.

Os detentores do poder utilizaram-se dos meios disponíveis para incorporar um grupo que, mesmo originário de um Estado situado na periferia do sistema produtivo nacional<sup>16</sup>, oferecia a legitimidade desejada no período. Desse modo, restabelecia, os vínculos de dependência entre os detentores do poder nacional e a liderança política estadual que começava a despontar no cenário federal.

Eles não prescindiam do prestígio de uma liderança previamente constituída. Pelo contrário, como observa Lemenhe (1994, p.120), a preservação das várias instâncias de

<sup>13</sup> - Toma-se por base listagem das Universidades Federais elaborada pelo Conselho Nacional de Educação em que constam os atos de criação de todas as unidades.

<sup>14</sup> - Sobre a tramitação do projeto de lei da Reforma Universitária no Congresso Nacional, consultar Saviani (1988).

<sup>15</sup> - O Art. 51 da Constituição de 1967 estabelecia que os projetos de lei de iniciativa do Executivo poderiam tramitar no Congresso Nacional, determinando ou não prazo para a sua apreciação; quando determinado prazo, § 2º e 3º, em quarenta dias, mesmo sem ser apreciado, era aprovado. Essa foi a alternativa escolhida pelo representante piauiense.

<sup>16</sup> - A presença na cúpula governamental de políticos originados em regiões de economia periféricas ou decadentes é, segundo Merquior (1982) e, de certa forma também um pensamento de Schwartzman (1982), um traço do patrimonialismo.

representação e das eleições diretas nos municípios do interior demonstra o “reconhecimento, por parte do governo central, de figuras ideologicamente identificadas com o regime e detentoras de bases eleitorais”.

A Universidade Federal do Piauí, como um bem público, era um bem em si mesmo, um patrimônio a ser explorado, cuja criação mais que os fins educacionais e/ou sociais aos quais se destinava, servia para estabelecer vínculos entre grupos políticos.

A crescente mobilização política de setores contrários ao novo regime – aliança entre Lacerda e Juscelino, com apoio de janguistas e o movimento urbano de massas (estudantes e operários) – levava o novo grupo no poder a arregimentar todas as forças políticas que lhe eram favoráveis, buscando legitimidade. A “revolução”, diferentemente do que havia dito o AI-1, não “se legitimava por si mesma”, precisava do respaldo dos grupos hegemônicos tradicionais ainda que, diante das limitações destes, frente às necessidades do regime, lançasse mão dos mecanismos de força, como o AI-5, aprovado trinta e um dias depois de sancionada a lei criando a Universidade Federal do Piauí.

A criação, contudo, não punha fim à luta pela universidade do Piauí, era preciso materializá-la, instalando-a. Isto supunha a adoção de várias providências entre as quais a elaboração e aprovação dos Estatutos – da Fundação e da Universidade, a constituição do Conselho Diretor e a inscrição da Fundação no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas (registro do Ato de Constituição da Universidade, dos Estatutos da Fundação e do Decreto de aprovação).

Para isto, o Governador Helvídio Nunes nomeou Comissão de Alto Nível, constituída pelo Diretor da Faculdade de Direito – Prof. Clemente Fortes; pelo Diretor da Faculdade de Filosofia – Pe. Raimundo José de Ayremoraes Soares; pelo Diretor da Faculdade de Odontologia – Prof. Mariano de Almendra Gayoso Castelo Branco; pelo Diretor da Faculdade de Medicina – Prof. Zenon Rocha e pela representação estudantil de cada uma das três Faculdades sob a Presidência do Prof. Manoel Paulo Nunes, Presidente da Fundação do Ensino Superior do Piauí.

Além disso, reiterou sucessivos apelos ao Ministério da Educação e Cultura e Presidência da República tendo em vista a efetivação dos tramites necessários, valendo-se dos mais variados meios - telegramas, intermediação de conterrâneos com posição de destaque no cenário político e educacional brasileiro, como Deolindo Couto, além de inúmeras audiências, sozinho ou contando com o apoio dos parlamentares piauienses como, por exemplo, o Senador Petrônio Portella.

A Universidade constava como uma das metas do seu governo no II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Piauí; era, conforme Prof. Manoel Paulo Nunes, “ponto de honra do seu governo”. Em mensagem natalina dirigida aos piauienses, o Governador assim se expressa:

1969, por certo, será o ano da concretização de dois dos anseios maiores da nossa gente: ‘BOA ESPERANÇA’ e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, (destaques do original) constituirão instrumentos catalíticos da renovação do Piauí, proporcionando energia e cultura, imprescindíveis ao nosso desenvolvimento (Nunes, “JORNAL DO PIAUÍ”, 25.12.68 p. 06).

Em 13 de dezembro, realizou, no Palácio de Karnak, o ato constitutivo da Fundação Universidade Federal do Piauí - a inscrição no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Solenidade em que estavam presentes o Procurador da República, Sr. Waldemar Ramos Leal, representando o Ministro da Educação, o Arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, do

Professor Manoel Paulo Nunes, Presidente da Fundação do Ensino Superior do Estado do Piauí e outras autoridades.

Para o governador, poucos acontecimentos de sua administração se igualavam a este e “nenhum a sua grandeza” pois era a concretização de um “velho sonho piauiense”. Em seu pronunciamento, destaca a participação do ex-Governador Petrônio Portella, dos Senhores Lineu Araújo, Ludgero Raulino, Nathan Portela, Carlyle Guerra de Macedo e Zenon Rocha, do ex-presidente Costa e Silva, qualificando-os como “grandes lutadores pela implantação da Universidade”, em especial, destaca, o ex-Presidente Castelo Branco, “grande aliado nessa ingente batalha”.

Dava visibilidade e notoriedade a atos do seu governo que, dada à natureza – elaboração de documentos e tramitação nos órgãos da administração pública federal – passariam despercebidos para o grande público, ou seja, não trariam dividendos políticos para o governador que se preparava para candidatar-se ao senado; utilizava o Estado como arma política de um projeto político privado.

A modernização representada pela Universidade favorecia a sobrevivência política dos grupos tradicionais no Estado como o Almendra Freitas/Portella a que pertencia o Governador Helvídio Nunes de Barros. Através dessa conquista fortaleciam-se junto ao poder central, o que repercutiria significativamente na composição das forças políticas locais, e lhes oferecia os meios para exercer o poder de forma tradicional.

A instalação da Universidade só ocorreria em 1º de Março de 1971, últimos dias do Governo João Clímaco D’Almeida. Como a Usina Hidroelétrica de “Boa Esperança”, que levou treze anos para ser colocada em operação, envolvendo seis Presidentes e três governadores, a Universidade Federal do Piauí, entre o brado dos estudantes e a solenidade de instalação no “Clube dos Diários”, levou oito anos para ser materializada, envolvendo quatro Presidentes e três governadores; até entrar em funcionamento, haveria ainda um quarto governador, Alberto Tavares Silva.

O Governador João Clímaco D’Almeida, presidente da solenidade de instalação, em entrevista concedida ao Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO no ano de 1984, refere-se à instalação, nos seguintes termos: “Porque eu queria instalar a Universidade antes de deixar o Governo. Era minha meta principal...”. Desejava notabilizar seu governo com uma grande obra de infra-estrutura, para fortalecer sua posição no interior do grupo, reestruturado com a nova organização partidária.

Para tanto, valeu-se das “boas relações” mantidas, segundo ele, com o piauiense de Parnaíba, João Paulo dos Reis Veloso, à época Ministro do Planejamento, construídas “antes dele ser Ministro”. O Ministro, relata, “fez alguma coisa, trabalhou, ajudou-me, deu um passo na instalação da Universidade trabalhando junto aos Ministros”.

João Paulo dos Reis Veloso, Ministro do Planejamento entre 1969 e 1979 e membro do Conselho Federal de Educação, tinha sido Secretário Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, quando integrou o Grupo de Trabalho instituído pelo Governo Federal, para estudar e propor a reforma da Universidade Brasileira. Como Conselheiro, foi encarregado dos pareceres que autorizou o funcionamento da Faculdade de Administração de Parnaíba e aprovou os Estatutos da Universidade Federal do Piauí. Na condição de Secretário Geral e Ministro, viabilizava a inclusão da Universidade nos Orçamentos da União, antes mesmo de sua criação como ressalta o Deputado Ezequias Costa em declarações ao Jornal “O Dia” (30.8.68).

O uso das relações pessoais, em especial as de parentesco, amizade ou marcadas pela identidade territorial, na administração pública brasileira, resulta do processo de formação do

Estado nacional em que a participação na burocracia governamental significa força política em face dos recursos que controla. Daí, afirma Schwartzman (1982, p. 144), as elites regionais tenderem, historicamente, a se preocupar mais com o acesso às posições de poder e prestígio do que com a representação de seus interesses no centro político nacional.

No regime militar, em especial, a partir do governo Médici, quando, conforme analisa Cardoso (1975, p. 201), “a busca de legitimidade deslocou-se do plano político para o plano econômico...” aumentou a força política dos integrantes da burocracia pública com a emergência do tecnocrata como personagem político que não apenas toma as decisões em nome do “sistema”, como faz, em nome dele, o jogo político.

Reis Veloso, nesse contexto, era de certa forma, “a voz própria”, a expressão é de Cardoso (1975, p. 206), dos interesses dos grupos hegemônicos piauienses dentro do Estado. Seu papel era extremamente relevante, chegando a ofuscar a tradicional importância do Senador Petrônio Portella nos “assuntos do Piauí”, como pode ser percebido no episódio de sua ausência à solenidade de instalação para proferir a “*Aula da Sapiência*”, narrado pelo Governador João Clímaco D’Almeida, em entrevista já citada:

...nessa hora o João Paulo me faltou numa coisa, porque eu estava fazendo tudo isso e com o Wall (O Reitor Robert Wall de Carvalho) e tudo, e meu desejo era botar o João Paulo para fazer a aula, proferir a aula inaugural, João Paulo Veloso. Piauiense, Ministro... Vinha, e tal... mas ele passou um telegrama muito grande justificando razões de doença não sei de quem, de família ou qualquer coisa lá que não pode vir. Eu fui à casa de Petrônio, Petrônio estava aqui. Olhe Petrônio, se deu isso assim, assim... eu já comecei a ter decepção. Ele diz: não. Você não tem decepção nenhuma, eu vou proferir a aula. Petrônio, Senador, viu? Aí eu o designei, o Reitor o designou. Comunicamos pros nossos convidados do Rio, de Brasília, de toda parte, e tal... Foi um colosso no dia da inauguração da Universidade!.

Apenas no contexto da tecnocracia pode-se compreender a maior liderança política no Piauí, e umas das figuras proeminentes do esquema de poder dominante no cenário nacional, suprimindo a ausência de um burocrata ou mesmo a desfeita deste a um convite de um governador de Estado.

A força dos ocupantes dos cargos públicos ainda pode ser observada nas ocasiões em que o Governador João Clímaco recorria ao Presidente Médici, solicitando a instalação da Universidade Federal do Piauí. Este lhe recomendava: “fala ao Passarinho em meu nome. Cansou de dizer isso: fala em meu nome, e tal, pra instalar em seu governo”. Segundo Cardoso (1975, p. 203), a ação presidencial, como de resto o Congresso, os partidos e todas as instâncias de participação política, esvaziavam-se com a capacidade decisória passando para as mãos de alguns altos funcionários e dos organismos de repressão.

A elite dirigente piauiense conseguia do poder central a alocação dos bens requeridos aderindo ao projeto político do grupo hegemônico nacional do momento ao tempo em que lhe conferia legitimidade e assegurava sua histórica fidelidade. Nisso, pelo menos em relação à luta pela criação e instalação da universidade federal no Estado, era apoiada por estudantes e intelectuais.

Exemplo de adesão, entre tantos da forma de participação nos bens públicos da nação, é a atitude do então governador Petrônio Portella, por ocasião do golpe militar de 31 de março de 1964, na interpretação de muitos analistas políticos, inclusive, de Petrônio Portella Filho (1993, p. 216):

Meu pai não foi um revolucionário de primeira hora. Dentro do quadro político de 1964, o Presidente João Goulart tinha dado apoio ao Piauí e aos estados pobres da federação. Tinha o Presidente João Goulart profunda compreensão pelos problemas do Nordeste, uma parte totalmente esquecida do País. (...) Meu pai como um político eleito defendeu a legalidade. Não foi um contra revolucionário. (...). Outro dado importante na análise desse gesto de meu pai refere-se à peculiar situação do Piauí, cujo nível de desenvolvimento se compara aos países mais pobres da África. Por isso ninguém governa o Piauí sem o apoio do governo central, do Presidente da República(...). Quando ele mandou o telegrama de apoio a João Goulart, ele estava pensando nos altos interesses do Piauí. Sabia que o Nordeste só sobrevive com o apoio de verbas federais.

Este adesismo característico da relação da elite dirigente piauiense com os mandatários da nação, quaisquer que fossem eles, segundo Lemenhe (1994, p. 103), tem estado presente nas relações das elites dirigentes das regiões economicamente periféricas como a nordestina. Isso decorre, conforme Schwartzman (1982, p. 21), “de uma reduzida capacidade social de articulação e representação de interesses em um contexto de concentração ‘excessiva’ de poder nas mãos do Estado”, em que as tentativas de organização e representação são “suprimidas e cooptadas”, resultando na dependência contínua dos grupos articulados ao centro político.

Essa forma de estruturação e de organização do sistema político é característica do Estado brasileiro e, por conseguinte, presente, de uma maneira ou de outra nas unidades da federação. Interessa demonstrar como essa característica apresentou-se no contexto piauiense.

Essa é uma região cuja ocupação diferenciou-se sobremaneira das quatro principais regiões identificadas por Schwartzman (1982, p. 26-34), ou seja, não foi sede do governo, sendo a “área mais moderna do país”; não se constituiu como uma das áreas ‘tradicionais’ que experimentaram um período de progresso no passado e depois vieram experimentar declínio econômico e político; não foi também a região mais próspera do país, nem tão pouco se formou sob a tradição militar.

A fragilidade econômica piauiense, expressa na ausência de uma poupança interna capaz de estimular o desenvolvimento de sua incipiente indústria, fez com que o comércio e o funcionalismo público constituíssem suas principais fontes de recursos – o setor terciário representava em 1970, segundo Martins e outros (1982, p. 129), 66,1% do PIB local, sendo a participação do comércio de 28,2% e a do funcionalismo público de 23%.

Essa situação revela, conforme os autores acima citados (1982, p.122), “uma anomalia do sistema produtivo piauiense” e favorece, em face da condição do Estado como maior empregador, a concentração de poderes – econômico e político – nas mãos daqueles que controlam a burocracia pública.

Por conseguinte, a administração pública representa, na realidade piauiense, um bem, isto é, uma propriedade, donde aqueles que a controlam auferem sobrevivência política e física. As posições ocupadas na burocracia pública são tanto indicações de poder e prestígio quanto uma fonte de renda e mobilidade social, daí as disputas pelos recursos, órgãos e ações públicas pelos grupos e no interior da própria elite dirigente.

As disputas fazem com que os bens públicos - museus, escolas, rodovias, postos de saúde – sejam transformados em bens políticos, isto é, estruturados e regulados nos embates entre grupos políticos, os quais definem princípio de ordenação, objetivos, interesses, as posições e seus ocupantes.



A universidade no Piauí, um bem cultural e educacional, se constituiu como um bem político.

#### Bibliografia

BELLO, Luiz. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da ininga (373 anos de Pedagogia no Piauí)**. Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida

BOMENY, Helena. A reforma universitária de 1968 - 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 26, p. 51 - 65, out., 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz, Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CASTELO BRANCO encaminhou pedido em favor da Universidade do Piauí. **O Dia**, Teresina, 15 nov. 1966, 1ª p.

CASTELO BRANCO, Carlos. Teresina na Distância (crônica). **O Dia**, Teresina, 16/16 dez. 1968, p. 5.

COSTA, Ezequias. O Dep. Ezequias Costa fala das verbas asseguradas no orçamento para a Universidade. **O Dia**, Teresina, 30 ago. 1968, 1ª p.

COSTA, Ezequias. Universidade para o Piauí. **O Dia**, Teresina, 29 maio. 1965, 6ª p. c. “De tudo um Pouco”.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

EDITORIAL “Comunidade e Liderança”. **O Dia**, Teresina, 22/23 maio. 1966, 3ª p.

ESTUDANTES Piauienses Universitários em Brasília fundam a Associação dos Universitários Piauienses em Brasília. **O Dia**, Teresina, 28/29 ago. 1966, última p.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1996.

LEMENHE, Maria Auxiliadora de A L. **O (caso) dos Coronéis. Tradição e Modernidade na Política Cearense**. Brasília, 1994. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

MARTINS, Agenor de Sousa et alii. O Piauí na Economia Nacional. **Carta Cepro**, Teresina, v.8. n.2. p. 91-142, jul/dez, 1982.

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos Sociais e Participação Política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MENDES, Simplicio Mendes. “Universidade do Piauí - Cuide-se, agora da sua instituição” **O Dia**, Teresina, 21 maio. 1966. p.3, c. “Televisão”.

MERQUIOR, José Guilherme. Raízes da Tradição Autoritária (comentário a Simon Schwartzman, Bases do Autoritarismo Brasileiro). **Jornal do Brasil**, 20 de fevereiro de 1982. Disponível [http://www.airbrasil.org.br/simon/reviews\\_frameset.htm](http://www.airbrasil.org.br/simon/reviews_frameset.htm).

NUNES, Helvídio. Helvídio dirige mensagem ao povo. **Jornal do Piauí**, Teresina, 25 dez. 1968, p. 6.

NUNES, Petrônio Portella. Volto muito feliz, enfim Universidade criada. **O Dia**, Teresina, 18 out. 1968, 1ª p.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. **Universidade Brasileira e atitude de classe: a prática docente entre 1930-1960**. Teresina, 1997. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí.

PORTELLA FILHO, Petrônio. Meu Pai Petrônio Portella. In: OLIVEIRA, Osvaldo Lemos de (Org.). **Petrônio Portella – Depoimentos à História Política Brasileira**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1993.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de Santana. Universidade do Piauí. **Jornal “O Dia”**. Teresina, 28.11.63, p. 4.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. **A Organização Universitária e suas interfaces com as estruturas de poder no Piauí**. Teresina, 1998. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Piauí para obtenção do Título de Mestre em Gestão Universitária.

SAVIANI, Demerval. **O papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Editores Associados, 1988.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SILVEIRA FILHO, José Camilo da. **Memorial entregue ao Excelentíssimo Senhor Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco**. Teresina, Conselho Estadual de Educação, 1965. (mimeo).

SILVEIRA FILHO, Universidade do Piauí. **Jornal “O Dia”**. Teresina, 21.2.64, Coluna J.C. F, p. 2.

SOCIEDADE DE AGRONOMIA fala pelo Piauí: a Universidade. **O Dia**, Teresina, 26/27 jun. 1966, p. 1.